CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
FL. 42
SERVIDOR
2020
MAT.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº. 139/2014
AUTOR – Vereador Marcell Moraes
ASSUNTO – Renova a concessão da Utilidade Pública Municipal da Associação das Irmãs de Caridade da Santa Cruz – SINCRUZ.
RELATOR – Vereador Kiki Bispo

RELATÓRIO

A proposição apresentada pelo edil Marcell Moraes tem o escopo de renovar a Utilidade Pública Municipal da Associação das Irmãs de Caridade da Santa Cruz – SINCRUZ.

O autor apresenta no processo documentos comprobatórios da exigência contida em legislação especifica.

Recepcionado em Sessão Ordinária, realizada em 10 de junho do ano em curso, nos termos do Regimento Interno, o Projeto foi encaminhado ao Setor de Análise e Pesquisa, que após análise quanto à duplicidade e documentação solicitada em lei, concluiu que o mesmo preenche os requisitos da legislação (Relatório fl. 40).

Na justificativa, o autor ressalta o trabalho desenvolvido pela entidade que tem sua área de atuação preponderante na educação e sua área secundária é a assistência social, cultural e científica. Na educação desenvolve: educação básica (creche e pré-escola), ensino fundamental, ensino médio e educação profissional de nível técnico. Desde sua fundação, 1973, a entidade desenvolve ações de assistência às pessoas menos favorecidas (crianças, adolescentes, jovens e idosos), disponibilizando orientação básica para a vida, primeiros socorros, alimentação saudável, práticas integrativas, sustentabilidade, alfabetização e outros.

FUNDAMENTAÇÃO JURIDICA

Sobre a competência do legislador municipal para tratar da matéria em debate, dispõe a Constituição da República:

> "Art. 30. Compete aos municípios:
> I – legislar sobre assuntos de interesse local;
> ....."

O assunto também é tratado nos artigos 44 e 46 da Lei Orgânica do Município de Salvador e nos artigos 13, III e 161 da Resolução 910/91 – Regimento Interno.

O autor juntou ao Projeto cópia dos documentos comprobatórios dos requisitos exigidos na Lei 5.391 de 1998, alterada pela Lei 6.246 de 2002, que são: personalidade jurídica, efetivo e contínuo funcionamento há mais de 12 (doze) meses, não ter fins lucrativos, prestação de contas do último exercício financeiro, e gratuidade das funções de seus dirigentes, constantes das fls. 04 a 38 do processo.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
FL. 43
SERVIDOR
2020
MAT.

VOTO DO RELATOR

Cabe a esta comissão manifestar-se quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade das matérias que nos foram apresentadas para exame, nos termos do art. 61, inciso II do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 910 de 1991.

A proposição em exame encontra-se em conformidade com o texto constitucional, atende aos requisitos determinados na legislação municipal, Lei 5.391 de 1998, alterada pela Lei 6.246 de 2002, ao disposto no Regimento Interno desta Casa e à boa técnica legislativa (Lei Complementar 95/1998).

Com fulcro no Relatório do Setor de Análise e Pesquisa, a Associação das Irmãs de Caridade da Santa Cruz – SINCRUZ obteve sua concessão de Utilidade Pública Municipal através da Lei nº 5.010/1995, publicada no Diário Oficial do Município de 20 de junho de 1995.

Ante o exposto, opinamos pela regular tramitação do Projeto de Lei Nº 139/2014.

Sala da Comissão, em 17 de julho de 2014.

Kiki Bispo
Relator e
Presidente da CCJ

Eron Vasconcelos
Vice-Presidente

Alfredo Mangueira

Claudio Tinoco

Leo Prates

Geraldo Júnior

Waldir Pires